

KITS DIDÁTICOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ENSINO

RESISTÊNCIAS E OPRESSÃO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR



Ney Mato Grosso. Instituto IMS, 1975. Madalena Schwartz.
Disponível em
<<https://ims.com.br/titular-colecao/madalena-schwartz/>>
Acesso em: 13 jul 2022.



Lélia discursando em Ato público na Cinelândia, Rio de Janeiro, 1983. Foto: Januário Garcia.



**KITS DIDÁTICOS
DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ENSINO**

Andre Guimarães Maia - 10763949

Celso Moraes Novo Júnior - 10327664

Giovanna Boccucci Armidoro - 10764676

Megan Julia Sutton Kirkby - 10764273

LISTA DE DOCUMENTOS

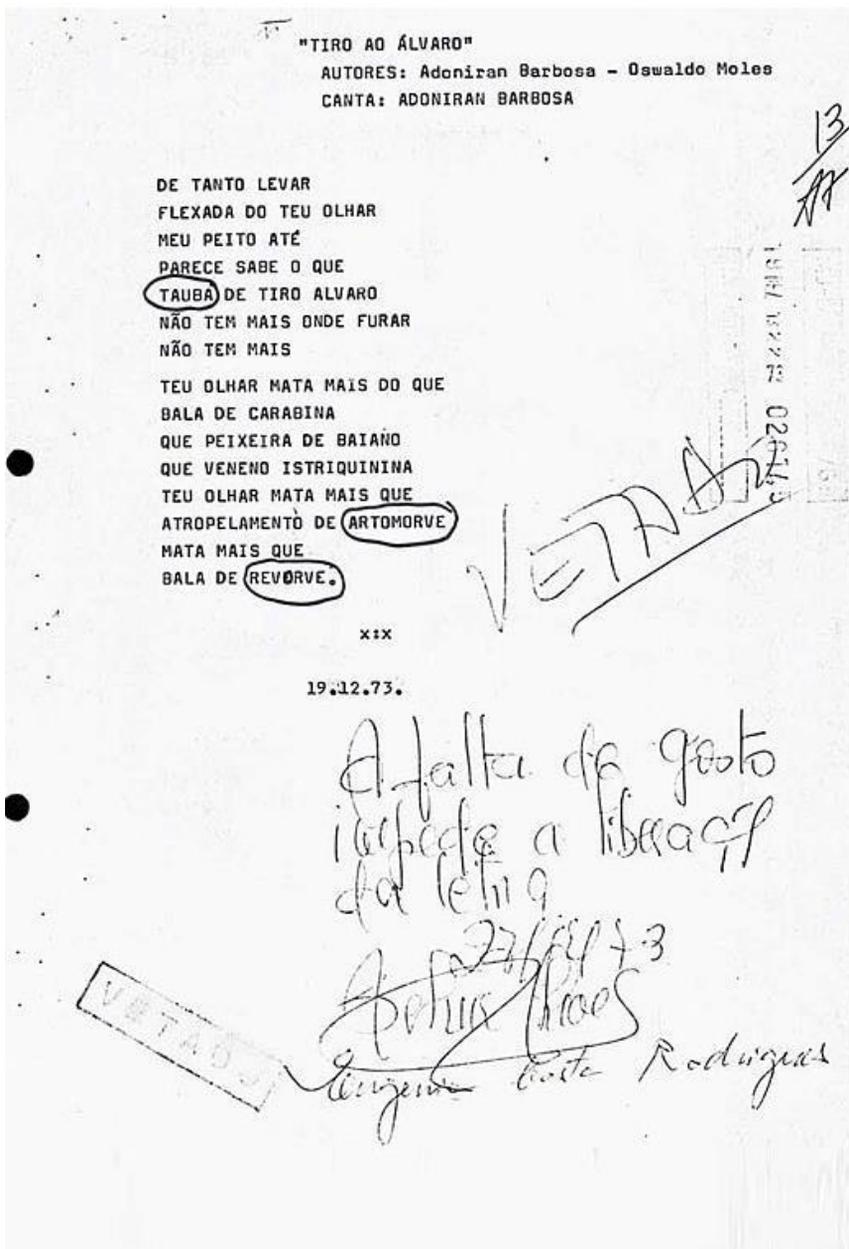
DOCUMENTO 1

1. **Ney Mato Grosso.** Instituto IMS, 1975. Madalena Schwartz. Disponível em
<<https://ims.com.br/titular-colecao/madalena-schwartz/>>
Acesso em: 13 jul 2022.



DOCUMENTO 2

2. **Tiro ao Álvaro.** Filhos da Ditadura: Censura da Arte.
Março de 2015. Disponível em
<https://mnm182ag5.wordpress.com/2018/03/25/tiro-ao-alvaro-adoniran-barbosa/>. Acesso em 13 jul 2022



“Vetado. A falta de gosto impede a liberação do tema.”

DOCUMENTO 3

3. Decreto-Lei No 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm#:~:text=DECRETA%3A,sejam%20os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o>

Acesso em 13 jul 2022



DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970.

(Vide Constituição de 1967)

Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º dêste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid

DOCUMENTO 4

4. Classe Operária, 1970. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabais. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/cla_sse_operaria/pdf/51_386.pdf Acesso em 13 jul 2022



A CLASSE OPERÁRIA - N.º 39 Pag. 3

ESQUEMA FALIDO

Comentário Nacional

A ditadura militar, ao entrar em seu sexto ano de vigência, agora sob a direção de Garrastazu Médici, continua a deparar-se com crescentes dificuldades para sua institucionalização. Mesmo a chamada classe política reacionária, sempre pronta a encontrar fórmulas de adaptação a qualquer regime antipopular e antinacional, vê um quadro político sombrio, cheio de perigos, em face do maior isolamento dos militares no Poder.

Dai a razão de os últimos pronunciamentos do general Médici virem insistindo na necessidade dos militares se unirem para consolidar o sistema instituído pelo golpe de 1.º de abril de 1964. Nesse sentido, não só tentou justificar o AI-5, criticando o retardamento de sua promulgação por Costa e Silva, como resolveu apresentar uma série de medidas demagógicas e liberticidas com o intuito de "legitimar" e "legalizar" a ditadura imposta ao país pela força das armas. Garrastazu proclamou o marechal Dutra, condestável do Estado Novo e patrocinador da Escola Superior de Guerra, como modelo, por ter "unido" em torno de seu governo as cúpulas reacionárias do PSD, da UDN e do PTB, para cumprir objetivos antidemocráticos e entreguistas.

Em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, Garrastazu deu ênfase à afirmação de ter sido ele um dos principais propugnadores do AI-5, o qual, assegurou, não será revogado tão cedo. Quis, assim, demonstrar que governa apoiado nas forças militares mais raivosas e fascistas e que busca reforçar esse apoio com novas disposições reacionárias. Ao mesmo tempo — valha a confissão — teve que relatar que o arcabouço jurídico e político montado por Castelo Branco e defendido por Costa e Silva desmoronara em 1963 diante da verdadeira rebelião popular desencadeada contra a ditadura. Tal confissão prova, de forma eloquente, que a ditadura militar só subsiste porque os generais fascistas voltaram a golpear violentamente as aspirações populares, através do AI-5, e prosseguem aplicando novas medidas de arbítrio e de arrocho.

Garrastazu Médici julga também poder fazer vingar os planos da ditadura recorrendo a novas promessas sobre um falso desenvolvimento econômico e procurando unir elementos reacionários, assim como pela indicação de homens de sua confiança para os governos estaduais e a "renovação" dos quadros políticos num parlamento servil, no qual a oposição burguesa do MDB teria o repugnante papel de mistificadora da opinião democrática.

Mas o esquema político do general-presidente tem tanta consistência como os castelos de cartas. Sua esperança de realizar uma "união sagrada" nos moldes da conseguida por Dutra, ou de concretizar uma "união" mais ampla ainda, está destinada a sofrer um revés tão to ou mais ignominioso que o sofrido pelo velho marechal fascista. Convem recordar que embora Dutra tivesse conseguido a "união" das cúpulas políticas dos partidos das classes dominantes, naquela época, para satisfazer os interesses da reação interna e do imperialismo ianque, não tardou muito, em face da resistência democrática, a ver seus planos se esboçarem. Em 1950, o candidato de Dutra a presidência da República, foi "cristianizado" pela coligação PSD-PTB, que saiu em busca de Vargas para seu candidato e a fim de assegurar uma direção reformista e conciliadora ao movimento ant imperialista que se espraiava impetuosamente.

Desde então, as contradições entre a imensa maioria do povo e o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos só fizeram aguçarem-se. Recrudesceram as crises de governo no país. Em 1954, Vargas suicidou-se. Juscelino Kubitschek só tomou posse graças ao golpe de 1955. O presidente seguinte, Janio Quadros, teve de renunciar. João Goulart, apesar dos compromissos e capitulações para se empossar, acabou derrubado pelos golpistas de 1964. E após 1964, as crises de governo continuam.

Tudo isso deu maior consciência ao povo de que ele não poderá conquistar a soberania nacional e a independência do jugo do imperialismo ianque nem obter as liberdades aguardando as soluções de cima, das classes dominantes, sem uma luta de vida e morte contra seus inimigos jurados. Sob o regime dos generais, o povo convenceu-se ainda mais que eles são laços fardados dos Estados Unidos, agentes dos latifundiários e da grande burguesia, incapazes de qualquer medida para preservar a independência e a soberania nacionais. Ao contrário, o povo constata que a ditadura militar, além de praticar tropelias contra os direitos do povo, de torturar e matar covardemente os patriotas que caem em suas garras, protege desavergonhadamente a minoria de exploradores nacionais e estrangeiros e obedece submissa aos ditames da reação interna e do imperialismo norte-americano.

As lições recebidas pelas massas populares e pelas correntes patrióticas e democráticas, nos últimos anos, sobretudo os ensinamentos a partir de 1964, indicam que é preciso preparar-se efetiva e praticamente para responder a violência reacionária com a violência revolucionária. Os fatos provam que a ditadura só se mantém pela força, acha-se mais isolada e não pode resolver os problemas cruciais do país. Por isto, o povo deve unir-se e agir

DOCUMENTO 4

ABAIXO AS TORTURAS !

Os jornais noticiaram: "Civiltá Católica", periódico jesuíta que normalmente reflete o pensamento do Vaticano, publicou recentemente um trabalho que intitula de "Livro Negro" sobre o Brasil. Trata de denúncias sobre violências e torturas impostas aos presos políticos no Brasil. Outra notícia, também publicada na imprensa legal; o "Comitê para a Paz", da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, condenou as "violências cometidas contra os prisioneiros políticos num país católico como o Brasil". Jornais divulgaram que a Associação Cultural Amigos da França, de Buenos Aires, enviou nota à embaixada brasileira na capital argentina, pedindo que esta interceda em favor da vida de Apolônio de Carvalho, combatente da revolução nacional-libertadora de 1935, da guerra da Espanha contra o fascismo e da Resistência Francesa contra os nazistas, que está sendo submetido a bestiais torturas em mãos dos esbirros da ditadura, na Guanabara. O jornal francês "Le Monde" noticiou que inúmeros patriotas estão sendo torturados brutalmente nas masmorras da polícia política e em quartéis do Exército, e que, inclusive, fora assassinado o escritor Mário Alves. Um jornalista sueco, na capital da Inglaterra, diante das afirmações do embaixador brasileiro em Londres, negando a existência de torturas nos cárceres de nosso país, pediu a constituição de um Comitê Internacional para investigar a veracidade das inúmeras denúncias de sevícias a que estão submetidos os presos políticos.

Prossigue, assim, com intensidade, no exterior, a campanha contra as torturas aos presos políticos em nosso país. Dessa campanha participam personalidades e instituições de todas as tendências, inclusive conservadoras, como são os órgãos do Vaticano acima mencionados. O mundo não tem a menor dúvida a respeito do caráter sanguinário da ditadura dos generais no Brasil.

No país, também se desenvolve a campanha de denúncias contra as torturas. Alguns órgãos da imprensa burguesa, timidamente, chegaram a citar alguns casos. As corajosas denúncias feitas por alguns dos torturados ao serem levados a julgamento, muito tem ajudado a esclarecer a opinião pública e romper a barreira do silêncio com que a ditadura tenta esconder seus nefandos crimes. A campanha se faz, no entanto, principalmente por meios clandestinos e se dirige para o povo, visando a esclarecê-lo. Em muitas capitais do país, como Salvador, Recife, Fortaleza, Goiânia e na antiga capital brasileira, os muros estão cheios de inscrições denunciando as torturas. Boletins, as dezenas de milhares, têm sido distribuídos.

A campanha vem ganhando vulto e obriga os generais e seus prepostos a fazerem no país e no exterior, repetidos desmentidos que são contrariados pelos fatos denunciados. É preciso intensificar a campanha, leva-la a toda parte, as escolas e as fábricas, ao campo e as cidades. As denúncias contra as torturas e os torturadores devem ser precisas, concretas, convincentes e pormenorizadas. Esta é uma das formas de tentar deter, ainda que por momentos, nas atuais condições, o braço dos algozes. As denúncias contra os crimes cometidos pelos chamados Esquadrões da Morte, organizações policiais que já mataram atrocemente centenas de pessoas, têm galado fundo na opinião pública e provocado o protesto até mesmo de jornais que apoiam o governo. Por outro lado, a campanha contra as torturas revelara, ainda mais claramente, a verdadeira natureza da ditadura militar imposta ao país, sensibilizando pessoas que ainda se mantêm indiferentes a luta de libertação nacional.

APENAS UM ESBIRRO-MÓR

"E aqui me faço solidário com todos aqueles que, no anonimato e com risco da própria vida, agentes injustiçados da segurança deste País, enfrentam de peito aberto a contendação, a violência, a libertação dos instintos, o desrespeito a lei".

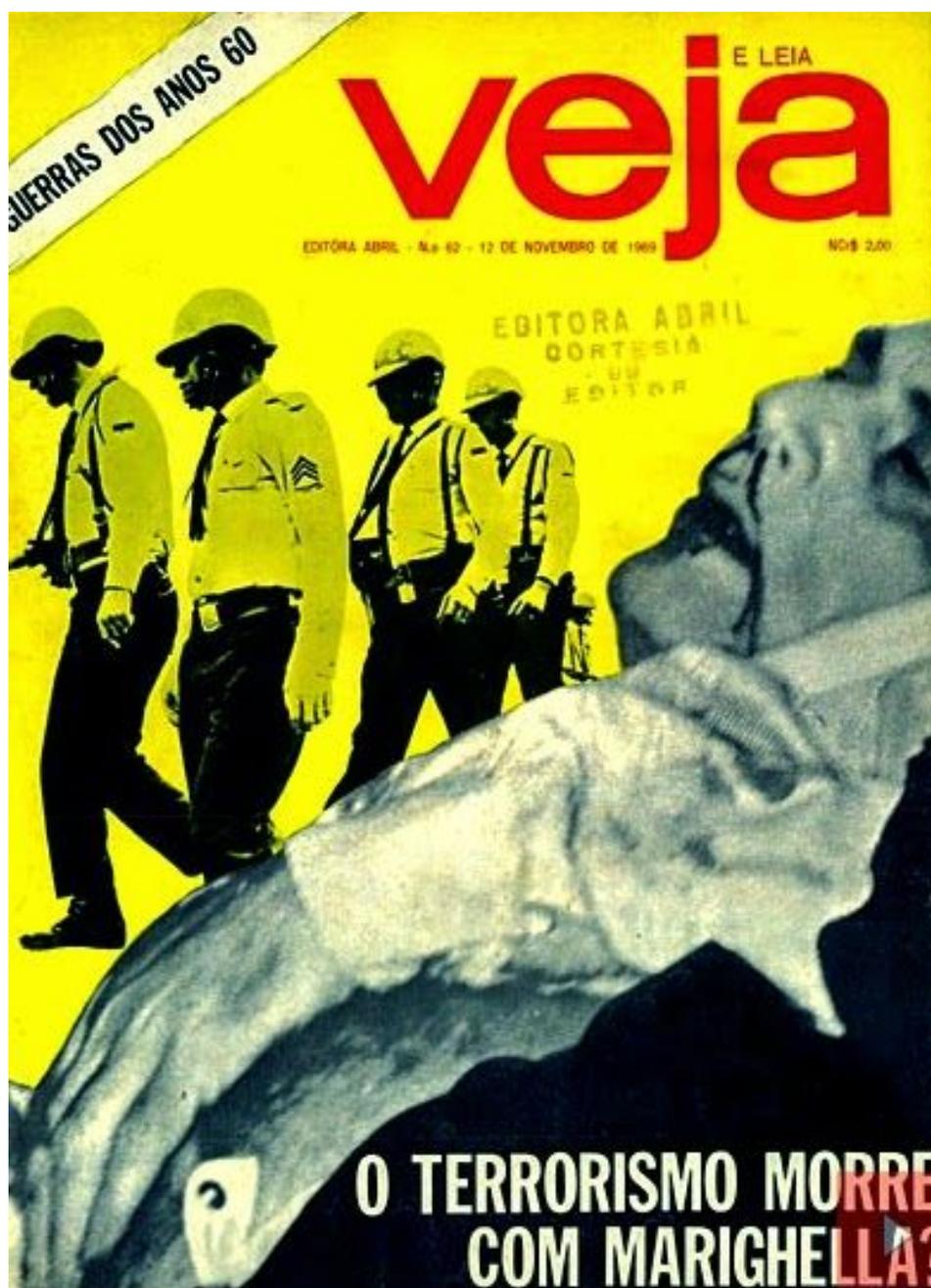
Este trecho da "conferencia" que proferiu na Escola Superior de Guerra define a vocação policialista de Garrastazu Médici. O ex-chefe do SNI faz esta declaração de integral apoio aos torturadores e assassinos num momento em que, no mundo inteiro, das fontes mais insuspeitas se erguem protestos indignados contra a brutalidade da repressão policial em nosso país.

Esse fazendeiro de Bagé, representante de um dos mais tradicionais redutos da reação latifundiária no Rio Grande do Sul, revela bem o que é: apenas um chefe de capangas, um esbirro-mór. É, em última análise, o responsável número 1 pelas torturas e assassinatos de presos políticos inermes, rotina nesse Brasil dos generais.

A declaração é ridícula. "No anonimato" — sim, porque receiam revelar seus nomes. Risco da própria vida" — ou melhor, de preferência com risco da vida dos outros, praças e soldados principalmente, que os oficiais e chefes da repressão tratam sempre de mandar, na frente, nas suas "heróicas" diligências. "Agentes injustiçados" — não, apenas ainda não justificados, o que é diferente. E, de resto, cães-de-guarda da camarilha militar, marcados

DOCUMENTO 5

5. *Veja*, 1969. Disponível em
<<https://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/as-mais-ve-ergonhosas-capas-da-revista.html>> Acesso em 13 jul
2022



DOCUMENTO 6

6. **Gráfica da Voz Operária.** Disponível em
<<https://www.fundacaoastrojildo.org.br/wp-content/uploads/2020/08/manoel-grafica2a.jpg>> Acesso em 13 jul
2022



DOCUMENTO 7

7. **Sede da Abril.** Disponível em
<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/sede-historica-da-abril-na-marginal-tiete-e-leiloadada-por-r-11878-milhoes.shtml>> Acesso em 13 jul 2022



DOCUMENTO 8

8. Exigências Cristãs de uma Ordem Política.

Trechos da Assembleia Geral da CNBB, 1977.

Disponível em:

https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/CEI_Documentos_074.pdf > Acesso em 13 jul 2022



Exigências cristãs de uma ordem política

Documento aprovado pela XV Assembléia
Geral da CNBB, Itaiaci 8 a 17 de
fevereiro de 1977.

Introdução

Por ocasião do 25.º aniversário da CNBB, no décimo aniversário da **Populorum Progressio**, reunidos em nossa 15.ª Assembléia-Geral, nós bispos do Brasil, como Pastores do Povo de Deus, muito embora reconhecendo nossas limitações e fraquezas, sentimo-nos no direito e no dever de fazer chegar nossa palavra a esse mesmo Povo, porque todos somos chamados a construir uma Nação sempre mais justa, sempre mais fraterna, e, por isto mesmo, sempre mais cristã. Em outros momentos difíceis temos nos pronunciado. Também agora julgamos dever pronunciar-nos, enunciando princípios éticos e cristãos que possam facilitar e orientar o encaminhamento de soluções cristãs para problemas que preocupam o nosso país. Pastores da Igreja, pretendemos apenas que nossas palavras, inspiradas unicamente no amor que nos une a Deus e em Deus a nossos irmãos, sejam fraternas, claras e justas na enunciação das exigências cristãs de uma ordem política.

Os modelos

**“Diversos modelos de uma sociedade democrática já foram experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente, e a busca continua”.
(Oct. adv. n.º 24).**

12. Nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas. A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indébita ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir a própria razão de ser do Estado.

23. A marginalização manifesta-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora à margem; é receber um salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas. Ser marginalizado é, sobretudo, não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder participar livremente do processo de criatividade que forja a cultura original de um povo. Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado, não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações; é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizado é não ter possibilidade de participar. É ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem.

35. Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica.

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes, e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade frequente e quase total.

47. O desenvolvimento integral, que responde às exigências do bem comum, não se mede apenas pelo crescimento quantitativo de valores mensuráveis; ele se mede também e principalmente por valores qualitativos não contábeis. Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados ou ao menos dispõe de recursos primários de defesa, como os expressos no habeas corpus, quando dispõe de sistemas que disciplinam e asseguram mecanismos de controle à ascendência do Executivo, quando pode contar com o respeito à representação das comunidades intermédias e ao direito de auto-organização das instituições sociais, como os Partidos, os sindicatos e as universidades; quando seu direito à informação e à circulação das idéias não é limitado por formas arbitrárias de censura; quando pode escolher com liberdade aqueles aos quais delegue o exercício da autoridade. Desenvolver-se é participar com equidade nos resultados da colaboração de todos, é poder viver na paz e na fraternidade, é poder alimentar esperanças fundadas de um futuro sempre melhor.

DOCUMENTO 9

9. Morte de Lamarca é anunciada pela 6a R. Militar.
CPDOC/FGV, 1971. Disponível em:

<https://pagina3.com.br/brasil/morte-do-capitao-lamarca-completa-50-anos-e-sua-atuacao-na-guerrilha-ainda-incomoda-militares/> > Acesso em 13 jul 2022



21/9/1971

Morte de Lamarca é anunciada pela 6.^a R. Militar



No governo Médici os órgãos de segurança se mobilizaram numa guerra sem tréguas à esquerda. Os agentes da repressão passaram a agir por conta própria e em pouco tempo escapariam ao controle do governo. A tortura no Brasil começou a frequentar as páginas dos jornais estrangeiros e a provocar manifestações de organismos internacionais. As mortes do ex-deputado Carlos Marighela e do ex-capitão Carlos Lamarca, os dois mais importantes líderes terroristas, marcaram as mais importantes vitórias do regime.

As feições de Lamarca mudaram muito pouco e foi facilmente reconhecido pelo seu irmão

República, 100 anos
412

LEITURA DOS DOCUMENTOS

O Kit Didático propõe a apresentação das diferentes formas de resistência ocorridas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, que compreende os anos de 1964 a 1985. Com o objetivo de trazer diferentes visões possíveis de um mesmo acontecimento histórico, este Kit Didático compreende fontes jornalísticas, fotografias, documentos governamentais, entre outros.

O termo “resistência”, através de sua própria etimologia, remete à múltiplos significados que confluem em uma ideia central de “manter-se firme”, recusa ou defesa contra mudanças e imposições. Nesse sentido, “resistência” pode se caracterizar de maneira ampla, com inúmeras possibilidades de ações e finalidades. No âmbito social, tal termo, mantendo sua amplitude de sentido, se associa a movimentos de luta e oposição à ordem vigente. Essa significação ganha ainda mais nuances quando analisada no contexto da Ditadura Militar brasileira, uma vez que “resistência” tornou-se uma palavra importante e em voga, exercendo variados papéis na sociedade da época.

Após a derrubada de João Goulart, o General Castelo Branco assume o cargo e inicia-se um processo de reorganização e legitimação do novo regime. Nesse contexto, inúmeros grupos da sociedade civil - empresariado, imprensa liberal-conservadora, classe média e organizações religiosas e profissionais - apoiaram o processo inicial do golpe, cada um com seus respectivos interesses e finalidades. Clamava-se pelo caráter revolucionário do golpe, que, segundo os militares, traduzia o interesse comum da Nação e apresentava a força normativa intrínseca do Poder Constituinte. Nesse viés, o Congresso não foi fechado - o que muitas interpretações sobre o período enxergam como uma brandura -, porém, o espaço político se reconfigurou, deslocando o eixo de poder para os militares.

Ademais, reestruturou o sistema eleitoral e jurídico do país, que serviriam de base para a manutenção do regime autoritário, reprimindo os movimentos de oposição.

Dado que as primeiras medidas de Castelo Branco visavam a institucionalidade do regime, e, para isso, contavam com o apoio da classe média, surgiu uma análise e memória liberal do período sob a ideia de “ditabranda”. Entretanto, o historiador Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2014) desmistifica esse termo, mostrando que mesmo antes da promulgação do AI-5 havia autoritarismo, repressão e, conseqüentemente, resistências. De início, buscava-se “sanear” o ambiente político e para isso inúmeros intelectuais e políticos não alinhados com o regime foram cassados e investigados sob inquéritos policiais-militares - caracterizados pelo seu autoritarismo e desrespeito aos direitos do investigado. Além disso, houve a perseguição e combate a movimentos sociais, silenciando o debate sobre projetos de Brasil e despolitizando os setores populares, através da destituição de sindicatos, repressão e uso de violência privada. Tendo em vista isso, a memória liberal somente enxerga um autoritarismo desmedido e prejudicial após o AI-5; afinal, a partir dele que a classe média e liberais também se tornaram alvo do regime.

Visto isso, fica evidente que a repressão e a resistência foram fenômenos continuamente presentes no regime, porém não necessariamente homogêneos, mas caracterizados por mudanças e diferenças nos agentes, objetivos e formas de ação. A historiadora Denise Rollemberg atribui certa flexibilidade ao conceito de resistência diante do caráter do regime a que se resiste. (ROLLEMBERG, 2016) Nesse viés, com os documentos aqui apresentados, busca-se expandir as noções de resistências empreendidas nos “anos de chumbo” da ditadura civil-militar que se instaurou no país entre 1964 e 1985.

O objetivo principal do kit é fugir do cânone compreendido academicamente e trabalhar resistências não tão óbvias à repressão militar a partir da intuição dos alunos sobre os documentos. Além disso, pretende-se que o aluno consiga realizar uma análise comparativa dentre os diferentes tipos de resistência: luta resistência armada, manifestações culturais, oposição da Igreja Católica e imprensa alternativa. laboral e estudantil.

Para isso, iniciamos o kit didático com um documento visual, uma fotografia de Ney Matogrosso, artista que transgrediu normas morais com sua expressão de gênero. Assim, as primeiras perguntas guiarão para uma análise mais inicial e geral da imagem, gerando possivelmente dúvidas sobre porque tal registro foi selecionado. Essa dúvida é proposital, pois pretende-se, como já dito, expandir as possibilidades de resistência e opressão do período.

Logo após, seguindo o viés moral, apresenta-se um documento oficial de 1973 do órgão de censura da ditadura vetando a música “Tiro ao Álvaro” do cantor e compositor popular Adoniran Barbosa. A censura é justificada, como escrito no documento, por sua “falta de gosto” e uso de linguagem coloquial, visto na grafia das palavras “tauba”, “artomorve” e “revorve”. Assim, fica evidente a imposição cultural do regime militar, limitando a liberdade de expressão e impondo valores, condutas e ideias elitistas. Nesse sentido, aponta-se para a marginalização e depreciação da cultura popular brasileira.

Visto isso, o documento que se segue é o Decreto-Lei N° 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que regulamenta a censura prévia à qualquer produção editorial e/ou cultural que fosse considerada contrária à moral e aos costumes. Nesse contexto, tais transgressões eram consideradas subversivas, que colocavam em risco a segurança nacional.

Esse documento, portanto, esclarece a análise dos documentos anteriores e serve de base teórica para a continuação da interpretação do kit.

Nesse viés, busca-se mostrar que, mesmo com censura e repressão, ainda existiam movimentos de resistência, como a imprensa alternativa de esquerda, representada neste kit pelo periódico “A Classe Operária”. Sobrevivendo de maneira clandestina, esse periódico ainda se mantinha presente com o objetivo de informar, denunciar e criticar o governo vigente.

Em contraposição, apresenta-se um exemplar do jornal “Veja”, que em seu conteúdo declara o apoio ao regime vigente.

Logo em seguida, pretende-se explorar melhor a questão da sobrevivência e clandestinidade de determinados movimentos de resistência, como o caso da imprensa alternativa de esquerda. Ou seja, após analisar o conteúdo desses exemplares, busca-se analisar sua forma. Para isso, além da comparação entre os próprios exemplares - como a qualidade de impressão, papel utilizado, presença ou não de imagens - propõe-se a análise de fotografias das redações desses periódicos. Compara-se, portanto, um registro do interior de um escritório de imprensa alternativa com o edifício da atual Editora Abril, a qual publicava os principais jornais de apoio ao regime.

Ademais, para explicitar a pluralidade das resistências, escolheu-se alguns trechos do documento “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”, publicado em 1977 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) marcando a ruptura institucional com o regime militar. Assim, busca-se analisar um agente contraditório da resistência, a Igreja Católica, que muitas vezes não é associada com tal movimento.

Apoiadora do processo inicial do golpe - a alta cúpula, principalmente -, a Igreja muda sua perspectiva e se torna uma instituição importante e influente nas críticas e denúncias contra a repressão, desrespeito aos direitos humanos, desigualdade social e ao regime como um todo. Influenciada pelas novas doutrinas e ideologias católicas de justiça social, como a Teologia da Libertação - movimento cada vez mais forte na América Latina - e pelo recrudescimento das práticas repressivas após a publicação do Ato Institucional nº5 (1968), a CNBB publica esse documento que se assemelha a um manifesto, clamando mudanças na ordem política seguindo os princípios éticos cristãos e a missão da Igreja na sociedade.

Para finalizar o kit, foi selecionada, assim como na abertura, uma fotografia de uma figura emblemática no movimento de resistência brasileiro: Carlos Lamarca. Representante do viés talvez mais conhecido e associado à oposição ao regime, a luta armada, Lamarca é também uma figura contraditória que representa uma resistência - e uma opressão - mais explícitas.

PROPOSTA DIDÁTICA

Documento 1

1. Observe a imagem e responda:
 - a) Que tipo de documento é esse (texto, fotografia, vídeo)?
 - b) Aponte duas características desse documento, do ponto de vista estético.
 - c) Levante hipóteses sobre o que está sendo registrado nesse documento (cenário, situação, personagens)
 - d) Levante hipóteses sobre o conteúdo político ou cultural do documento (o que ele representa, qual mensagem é passada por ele).

Documento 2

2. Observe a imagem e responda:
 - a) Quem é o autor?
 - b) Em qual data a canção foi composta e enviada para avaliação?
 - c) Quem assina o documento?
3. Observe a canção de Adoniran Barbosa e as palavras destacadas no documento.
 - a) Transcreva as palavras circuladas.
 - b) Levante hipóteses do porque as palavras na canção estariam destacadas.
4. Observe agora as anotações realizadas ao lado da canção.
 - a) Por que, segundo a censora, a canção estaria vetada?
 - b) Levante hipóteses do porquê Adoniran Barbosa escreveu a canção sem utilização da norma culta.

PROPOSTA DIDÁTICA

Documento 3

5. Observe o documento e responda:

- a) De qual data é esse documento?
- b) Quem assina o documento?

6. Quais são os meios de comunicação/entretenimento mencionados no documento?

7. Leia o Artigo 2 e relacione o artigo indicado com o DOCUMENTO 2.

8. Segundo o artigo 3, por que o DOCUMENTO 1 e o DOCUMENTO 2 estariam, na visão do governo vigente, inadequados para publicação?

9. Quais eram as consequências, segundo o documento, para aqueles que infringissem o decreto?

Documento 4

10. Observe o documento e responda:

- a) Quem produziu esse documento?
- b) Que tipo de texto está presente no documento?
- c) Em que ano esse documento foi produzido?
- d) Como é feita a divisão interna do documento em suas partes?

PROPOSTA DIDÁTICA

11. Leia a seção “ESQUEMA FALIDO” e responda:

- a) Por que, segundo o documento, a ditadura militar depara-se com “crescentes dificuldades” para se institucionalizar?
- b) Levante hipóteses sobre o que procura o autor do documento ao afirmar que “o esquema político do general-presidente tem tanta consistência como os castelos de cartas”.

12. Leia a seção “ABAIXO AS TORTURAS” e responda:

- a) Quais jornais e periódicos são mencionados no texto?
- b) Sobre qual tema esses jornais e periódicos publicaram a respeito? Relacione com o Artigo 4 do DOCUMENTO 3.

Documento 5

13. Observe a imagem e responda:

- a) Que tipo de documento é esse?
- b) Qual a data de publicação deste documento?
- c) Que acontecimento é retratado no documento?
- d) Quem são os “personagens” presentes na imagem do documento?
- e) Qual é a relação estabelecida pelo documento entre os “personagens” retratados na imagem?
- f) Analisando o documento, o que significaria “terrorismo” e qual é sua relação com Marighella?

PROPOSTA DIDÁTICA

Documento 6

14. Observe a imagem e responda:

- a) Descreva o espaço retratado na imagem, apontando três elementos que compõem o cenário.
- b) Levante hipóteses sobre quais grupos sociais ou políticos frequentariam o local retratado na imagem.
- c) Analisando a imagem, levante possíveis atividades ou eventos que ocorreriam neste local.

Documento 7

15. Observe a imagem e responda:

- a) Descreva o espaço retratado na imagem, apontando três elementos que compõem o cenário.
- b) Levante hipóteses sobre quais grupos sociais ou políticos frequentariam o local retratado na imagem.
- c) Compare o cenário do DOCUMENTO 6 ao DOCUMENTO 7. Aponte duas diferenças entre eles.
- d) Relacionando ao DOCUMENTO 6, levante hipóteses sobre a posição política dos grupos frequentadores em cada ambiente e os motivos pelas diferenças nos espaços retratados no DOCUMENTO 6 e DOCUMENTO 7.

Documento 8

16. Leia o documento 8:

- a) Quem são os autores do texto? Localize e sublinhe o trecho em que se intitulam.

PROPOSTA DIDÁTICA

- b) Sobre o que o documento trata?
- c) Quais são as denúncias feitas no texto? Sublinhe os trechos.
- d) Quais são as justificativas para as críticas feitas no documento?
- e) De acordo com a leitura do tópico 23 do documento, o que seria “marginalização”?
- f) No tópico 23 a crítica feita se refere somente a questões de direitos políticos? Explique.
- g) Um dos principais argumentos favoráveis ao período da Ditadura é o do “milagre econômico” - momento de crescimento e desenvolvimento econômico. Após a leitura dos tópicos 23 e 47, é possível afirmar que esse argumento é falho? Explique.

17. Relacionando os documentos 3 e 8:

- a) Leia o tópico 12 do documento 8 que diz: “(...) A Igreja não pode assim, aceitar a acusação de intromissão indébita ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo [político] (...)”
- b) Leia a última consideração do documento 3: “(...) CONSIDERANDO que o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.”
- c) O que significa “subversão”?
- d) O que seria “segurança nacional”?
- e) Por que, de acordo com o documento 3, subversão põe em risco a segurança nacional?
- f) Pensando na resposta anterior, por que no documento 8 a Igreja se abstém da acusação de subversão?

PROPOSTA DIDÁTICA

18. Relacionando o artigo “Abaixo as torturas!” do documento 4 e o tópico 37 do documento 8:

- a) Qual agente/instituição é comum nos dois documentos?
- b) Qual é, nesses trechos, o principal alvo de suas denúncias?

Documento 9

19. Observe o documento a seguir e responda:

- a) Em que ano foi publicado esse documento?
- b) Qual acontecimento é retratado no documento?
- c) Descreva as feições do personagem retratado em cada uma das fotos do documento. Que aspectos chamam mais a atenção nas fotos?
- d) Analisando o texto que acompanha a foto, qual é a visão do autor do documento acerca do evento exposto no jornal?
- e) Comparando o DOCUMENTO 5 e o DOCUMENTO 9, qual é a possível aproximação que poderia ser feita entre as duas personagens de ambos os documentos? Qual é o espectro político ao qual os dois pertencem?
- f) Comparando o DOCUMENTO 5 e o DOCUMENTO 9, de que maneira é exposta a violência em ambos os documentos. Quais são as semelhanças e diferenças na exposição da violência em cada um?